ciado um plano plurianual, cujo texto integral não foi divulgado, mas que procura encampar as reivindicações, elevando, por exemplo, a alíquota do imposto de importação de 10% para 17%, entre 15 de setembro e 31 de janeiro, e aplicando tributação compensatória igual ao subsídio detectado nas compras do exterior. Essa é uma questão especialmente sensível, pois as lideranças do meio rural apontam o equívoco de se ter aberto o mercado às importações, sem se ter avaliado o porte dos subsídios concedidos aos alimentos nos países desenvolvidos.

A partir de 1987, a extensão dos trigais começou a encolher e o país retornou à posição de um dos maiores importadores mundiais.

A classificação do produto também foi modificada, passando a contemplar quatro classes de qualidade (comum, intermediária, superior e melhorada). Cada classe se subdivide em três tipos (1, com peso hectolítrico 78; 2, com PH 75, e 3, com PH 72). O tipo 2, intermediário, teve o preço mínimo fixado em CR$90.620/t, em 1º de março de 1994, e a classe superior terá um ágio de 15%. O trigo de PH 70 e 71, inferior, teve seu preço fixado em 0,439490 Uref/kg. Os preços devem ser convertidos em Uref (Unidade de Referência Rural Agroindustrial) e corrigidos no primeiro dia de cada quinzena.

Essas medidas foram divulgadas tardiamente para a safra hoje no campo e não afetaram seu plantio. Espera-se que venham a surtir efeito apenas no ano que vem. Também para incentivar um período de novo desenvolvimento para a triticultura, a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) procurou iniciar campanha de difusão de informações sobre o que vem ocorrendo com as importações do cereal, comprovadamente subsidiado no hemisfério norte, que afetam todo um grande complexo agroindustrial brasileiro, acirrando a controvérsia entre os triticultores locais e o parque moageiro. Registre-se que o grande mercado comprador brasileiro tem provocado disputas entre os vendedores, notadamente argentinos, canadenses e norte-americanos. Só no início de agosto, representantes dos EUA e do Canadá chegaram a acordo — considerado ainda insatisfatório — quanto a seus próprios problemas na comercialização do trigo. Definiram as exportações canadenses para seu vizinho do Sul — e associado no Nafta — sem modificarem, contudo, a situação do subsídio canadense, que era a reclamação norte-americana. No caso brasileiro, o cuidado com a imposição das tarifas compensatórias é considerado de extrema importância pelas lideranças do meio rural.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

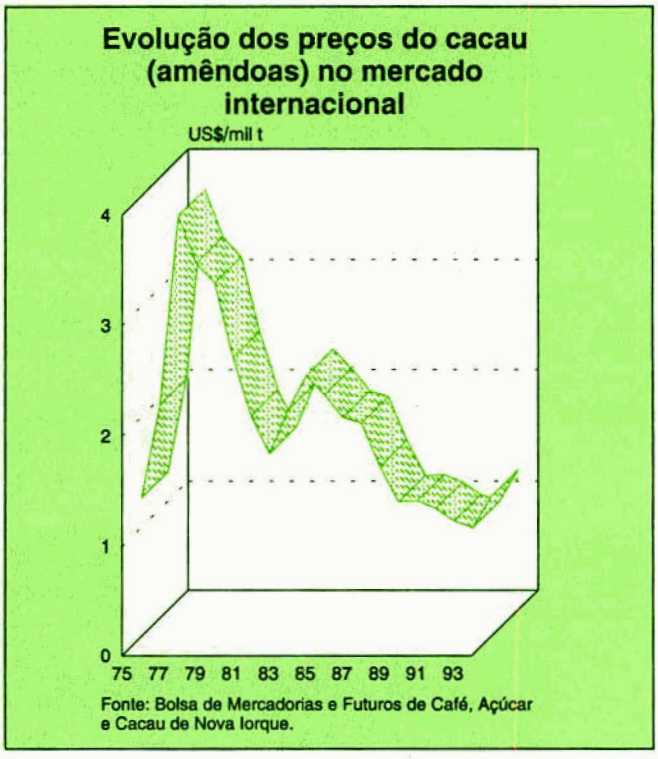
CACAU

Déficit de produção — preços em elevação

Ao iniciar-se o ano de 1994, a cacauicultura brasileira e a internacional vislumbraram uma lenta, mas contínua, recuperação nos preços da commodity (ver gráfico).

O principal fator do aumento dos preços foi a projeção de junho da Organização Internacional do Cacau (OICC) para a próxima safra mundial — o terceiro ano consecutivo de déficit de produção, que deverá ficar em 102 mil toneladas.

Como destaque, apareceram a expectativa de aumento do consumo global baseado no crescimento das importações de cacau em amêndoas e derivados, principalmente o chocolate, por países da ex-URSS e a estatística de recuperação do processamento do cacau em amêndoas em grandes países como Holanda, Costa do Marfim, Federação Russa e Inglaterra. Para a safra 1993/94, as estimativas da OICC indicam uma redução de 12 mil toneladas em relação à estimativa anterior, caindo para 2,54 milhões de toneladas, mas ficando ainda acima da produção de



2,47 milhões. Dessa forma e de acordo com o balanço de oferta e demanda mundiais, ao final do período 1993/94 os estoques globais deverão declinar para 1,37 milhão de toneladas, o que equivale a 54% ou cerca de seis meses e meio do consumo total.

Como fatores de grande relevância para o soerguimento dos preços estão também a formulação do novo acordo internacional — que substitui o anterior, em vigor desde 1986 até setembro de 1993 — e a iniciativa da Costa do Marfim, maior país produtor, de suspender as negociações de cacau de baixa qualidade, tanto interna quanto externamente, retirando do mercado mundial quantidade substancial do produto da safra 1992/93.

O novo acordo foi negociado em junho de 1993, na Conferência de Negociações em Genebra, sendo assinado pelo Brasil em fevereiro deste ano. Irá vigorar durante cinco anos, com cláusulas para duas extensões anuais. Seu principal enfoque será a administração da produção e a canalização do consumo, ao invés de utilizar o esquema de estoque de segurança, *buffer stock*, para regularizar os preços mundiais do mercado. Concomitantemente e de forma a minimizar os baixos preços, o estoque remanescente de 231 mil toneladas será liquidado nos próximos quatro anos e meio em liberações mensais, perfazendo uma média de 51 mil toneladas por ano.

O excesso de oferta de cacau no mercado externo ao longo de uma década e o aumento contínuo dos estoques mundiais provocaram uma pressão baixista nas cotações.

O excesso de oferta de cacau no mercado externo ao longo de uma década e o aumento contínuo dos estoques mundiais provocaram uma pressão baixista nas cotações, tanto externa quanto internamente, o que colaborou para a desestruturação da cultura no país. Entretanto, o refreamento do complexo agroindustrial do cacau não foi resultado só dos fatores depressivos no mercado mundial no que se refere aos preços. Deveu-se a um ciclo sucessivo de reduções de produção efetivamente prejudicado por adversidades climáticas, aliado a crédito escasso e aumento dos custos de produção. Desestimulados com essa situação, os cacauicultores foram gradativamente limitando o manejo adequado de fertilizantes e tratos fitossanitários com o uso de tecnologia baseada em insumos modernos, o que gerou um declínio na produtividade e dificultou o combate à podridão parda, doença que se alastra com alto índice de umidade, e à vassoura-de-bruxa, fungo que chegou às lavouras do sul da Bahia em 1989, destruindo folhas, galhos e frutos.

Na cacauicultura brasileira, o reflexo dos baixos preços recebidos pelos agricultores é a queda do rendimento médio agrícola. Segundo estimativas do IBGE, o rendimento caiu de 595kg/ha, em 1989, para 472kg/ha, em 1993. No ano passado, a produção de cacau em amêndoas ficou em 345.989t para uma área colhida de 732.803ha.

Na Bahia, maior estado produtor, começou em maio a apanha da safra temporã de 1993/94 e perdura até setembro. A falta de chuvas no período de "bilração", fase de formação dos "bilros" (pequenos frutos), incorreu no "peco fisiológico" que é o amarelecimento dos frutos antes de atingirem o tamanho ideal, mumificando em seguida. Os cacauais também estão sendo prejudicados pela vassoura-de-bruxa, que voltou a ser motivo de grande preocupação. Os municípios mais atingidos foram Camacã e Uruçuca. Dessa forma, a safra temporã deverá ficar aquém do esperado, com uma perda de 30%, segundo a Comissão do Comércio de Cacau do Brasil (Comcauba). Até a terceira semana de julho, a colheita alcançava 947.925 sacas de 60kg, quando no mesmo período do ano passado havia sido de 1.394.573 sacas. Já a safra principal, com a colheita encerrada em abril, foi bastante castigada pela seca que atingiu a região Nordeste, de novembro do ano passado até o início deste ano. O reduzido volume pluviométrico e a baixa umidade relativa do ar influíram na qualidade, com os frutos apresentando pequenas dimensões, mas também inibiram a propagação da podridão parda.

O novo acordo foi negociado em junho de 1993, na Conferência de Negociações em Genebra.

Apesar da perda de qualidade, a safra total baiana deverá ser superior à passada em 13%, chegando a 4,8 milhões de sacas de 60kg, segundo estimativas da Comcauba, elaboradas no mês de junho.

Segundo a Coordenadoria Técnica de Intercâmbio Comercial, as exportações de cacau voltaram a ter melhor *performance* no ano passado, com um volume de 95.495,55t — 13% acima do total exportado no ano anterior — e receita de US$97.640.261 — 17% superior ao faturado no mesmo período do ano antecedente. O preço médio obtido ficou em US$1.022,46/t, quando, em 1992, foi de US$991,34/t.

VIRGINIA CARDOSO WANICK VIEIRA